

Exma. Senhora Presidente
da Comissão de Orçamento, Finanças e
Modernização Administrativa
Deputada Teresa Leal Coelho

Assunto: Audição, com carácter de urgência, da Comissão de Trabalhadores da Alicoop.

Em 2008 o Grupo Alicoop começa a dar sinais muito evidentes de que a sua situação financeira estava em graves dificuldades. Para resolver o problema eminente a Alicoop e o BPN chegam a um acordo que passava pela compra de ações da URBISUL, com recurso a créditos junto do BPN, e a URBISUL por sua vez injetava o dinheiro na Alicoop. O que não era suposto é que os referidos créditos tenham sido créditos pessoais em nome dos trabalhadores. O montante destes créditos era definido em função dos salários dos trabalhadores, muitos nem sabiam qual o valor do crédito que estavam a assumir, alguns chegaram a atingir cerca de 28000€.

Segundo os trabalhadores, muitos não faziam a mínima ideia do que estavam a assinar. Na sua boa fé, os trabalhadores pensavam que estavam a fazer tudo o que estava ao seu alcance para salvar os postos de trabalho e a empresa, que consideravam como família. Contam que alguns foram coagidos a assinar, com ameaças de despedimentos, e há relatos de quem se recusou a assinar e que foram mesmo os primeiros a ser despedidos.

Certo é que a pressão foi de tal forma que a maioria dos trabalhadores cedeu, acabaram por confiar cegamente nas instruções que lhes deram. Assinaram, em cima de paletes, livranças, contratos de crédito e até folhas em branco que serviriam para dar ordem de transferência das ações para a Alicoop.

Importa referir que estes empréstimos foram atribuídos aos trabalhadores sem que houvesse qualquer análise de risco, nem de capacidade de endividamento de cada um. Nunca, em qualquer circunstância o Banco falou com os trabalhadores.

Nos contratos de crédito pode ler-se que era a Alicoop a responsável por creditar as contas dos trabalhadores nos montantes referentes ao valor das prestações e assim foi até 2011.

Em 2011 a Alicoop declarou insolvência e o Grupo Nogueira compra a Alicoop. A empresa Nogueira e Filhos passa a ser responsável pela gestão dos Supermercados, não conseguiu manter todos os postos de trabalho, mas assumiu todos os empréstimos contraídos pelos trabalhadores. Os trabalhadores ficaram desonerados das dívidas, esta foi a decisão que transitou em julgado com o plano de insolvência da Alicoop.

Em julho de 2011 o BIC compra o BPN e o BIC acorda com a Nogueira e Filhos a assunção do plano de insolvência. Nesta altura o BIC envia cartas aos trabalhadores a dizer que aquelas dívidas deixaram de lhes pertencer.

Em 2016 é a vez da Nogueira e Filhos declarar insolvência e deixa de pagar os empréstimos ao BIC.

Em 2017 o BIC começa a exigir aos trabalhadores, por carta, o pagamento das prestações em atraso. Esta exigência pode advir do facto de as livranças assinadas em 2008 se manterem em posse do Banco e este estar agora a executar essa garantia.

Pelo que se sabe o BIC está a reclamar o mesmo valor dos créditos junto da Massa Insolvente da Nogueira e Filhos.

Presentemente os trabalhadores falam de casos de penhoras de salários e nomes registados na Central de Riscos do Banco de Portugal.

Em fevereiro de 2019, face a uma manifestação dos trabalhadores, o BIC suspendeu as execuções em curso por 90 dias e pediu ao Tribunal que clarifique este caso.

O Banco de Portugal também deu garantias que vai analisar este processo, mas esclareceu que não tem poderes para retirar os nomes da Central de Riscos pois esse poder é exclusivo do BIC.

Estes 220 trabalhadores sentem-se muito injustiçados, muitos nem percebem bem o que lhes aconteceu. Há casos em que ambos os membros do casal foram vítimas desta situação e que na eventualidade de serem obrigados a cumprir com os pagamentos não terão forma de o fazer. São vidas que podem ficar destruídas. Há em todos uma enorme revolta.

Face ao exposto, o Partido Socialista considera de extrema importância convidar estes trabalhadores para que lhes seja dada a possibilidade de esclarecer todo este processo e as consequências que pode trazer para as suas vidas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem requer, com carácter de urgência, a audição da Comissão de Trabalhadores da Alicoop.

Palácio de São Bento, 22 de março de 2019

As Deputadas e os Deputados do Partido Socialista,

Luís Graça
Jamila Madeira
Fernando Anastácio
Ana Passos
João Paulo Correia